

## **Carta aberta à Presidência da Capes**

Prezada Professora Mercedes Bustamante

Frente ao processo de consulta pública ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2024-2028, aberta pela Capes no exíguo prazo compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2023 e 25 de janeiro de 2024, encaminhamos-lhes a presente carta aberta para expressar a nossa posição nesse importante momento de construção do documento que vai nortear o sistema de pós-graduação em nosso país nos próximos cinco anos.

Logo na primeira leitura da minuta do PNPG surpreendemo-nos com certas ausências de harmonia – ou incoerências – entre as intenções manifestadas na apresentação feita pela presidenta da Capes na contextualização e análise do estado da arte da pós-graduação brasileira nos tempos atuais e nos desafios a serem superados, por um lado, e os eixos estratégicos, as diretrizes, os objetivos e as estratégias, por outro lado. Entendemos ser possível assinalar que parte dessas incoerências tem relação com a forma como as discussões e encaminhamentos para a produção da referida minuta foi conduzida até o atual momento, pois o corpo docente, o corpo discente, os egressos, as coordenações e os colegiados de PPGs e, principalmente, as associações científicas poderiam ter sido melhor ouvidas, como forma de abrir canais de comunicação ao longo do processo de elaboração dessa primeira versão do documento. Isso quer dizer que as pessoas e as entidades diretamente ligadas às ações de pesquisa e de pós-graduação neste país foram relegadas a segundo plano e, lamentavelmente, chamadas a participar do processo de construção do novo PNPG apenas na etapa de consulta pública, como parte da sociedade em geral. O mais paradoxal é que fundações, entidades do setor privado e outros agentes públicos que não vivem a pós-graduação tornaram-se protagonistas das etapas iniciais de produção do planejamento de ações e eixos, de diretrizes, de objetivos e de estratégias que serão levadas a efeito pela comunidade acadêmica da pós-graduação brasileira.

As diretrizes, objetivos e estratégias contempladas na minuta do novo PNPG contemplam passagens que versam sobre a mitigação das assimetrias, a melhoria dos processos avaliativos, as políticas de inclusão, a internacionalização, a interiorização, entre outras que surgem na aparente tranquilidade dos discursos do empreendedorismo, da melhoria das cadeias

produtivas, do financiamento privado, etcetera, que refletem o jogo de interesses dos atores até agora privilegiados na produção do Plano. Porém, ao ouvir coordenadores de programas e professores, as entidades aqui subscritas chamam atenção para a necessidade de o documento ser mais específico quanto às diretrizes que deverão nortear de avaliação quadrienal de modo a superar o paradigma produtivista; as iniciativas e planos de fomento da divulgação científica; os planos e previsão orçamentária dos investimentos necessários para a inclusão e permanência, a mobilidade docente e discente e para que o SNPG alcance, de fato, regiões brasileiras onde se identifica um hiato na formação *stricto sensu*. Consideramos, também, como bastante curto o prazo entre o encerramento da consulta e lançamento do PNPG, algo que poderia ser ampliado, de modo a incorporar as sugestões levantadas pelas associações e sociedades científicas.

Prevalecendo a forma como a minuta do documento está ou o modo como a consulta pública está sendo levada a efeito, os grupos mais vulneráveis, tais como povos indígenas, pessoas com deficiências, sujeitas e sujeitos quilombolas, grupos de refugiados de outros países, pessoas surdas, pessoas LGBTQIAPN+, dentre outros grupos espalhados em diferentes regiões do país, que têm muitas dificuldades de acesso e conclusão da pós-graduação *stricto sensu*, não serão atendidos em suas especificidades pelo novo PNPG, o que nos leva a indagar se não estamos sendo chamados apenas para referendar um documento para o qual a consulta pública é mero protocolo para legitimar um processo aparentemente democrático e representativo.

Em nossa percepção, os seis principais desafios do novo PNPG [1- Elevar o percentual de mestres e doutores na população; 2- Garantir condições adequadas no acesso, permanência e conclusão na pós-graduação; 3- Ampliar a diversidade e a inclusividade na pós-graduação; 4- Reduzir as assimetrias de oferta da pós-graduação; 5- Ampliar as interações com o mundo do trabalho; 6- Expandir o sistema de pós-graduação com qualidade], não se encontram delineados de modo a esclarecer como serão incorporados às diretrizes e não fornece dados sobre quais estratégias serão adotadas pela Capes para alcançá-los.

Apenas para citar alguns exemplos, as referências às pessoas negras, pretas, pardas não aparecem em nenhuma das diretrizes, objetivos, estratégias. No

tocante às pessoas indígenas aparece apenas uma referência no Eixo 1, “Do acesso à conclusão na pós-graduação”, na Diretriz “SNPG orientado para a ampliação da formação de recursos humanos de alto nível, de forma equitativa e com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade”, no qual o objetivo 1.2, indica a necessidade de “Ampliar a representação e participação social, étnico-racial, linguística, de gênero e das pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu”, com detalhamento na estratégia 1.2.2, que fala em “Induzir e valorizar a implementação de políticas de assistência e acolhimento dos discentes com necessidades educacionais específicas (necessidades educacionais de surdos, pessoas com deficiência, grupos étnicos como indígenas, entre outros)”. A mesma situação vale para as pessoas surdas. Pessoas transsexuais e quilombolas não aparecem em nenhuma das diretrizes, objetivos e estratégias, embora façam parte dos grupos historicamente vulnerabilizados em nosso país, ao lado das pessoas indígenas e pessoas pretas. Acessibilidade e transdisciplinaridade, embora presentes em outras partes do documento, também são palavras invisibilizadas nas diretrizes, nos objetivos e nas estratégias da minuta do novo PNPG.

A questão linguística ou de políticas linguísticas, tema estratégico de vital importância para a pesquisa e a pós-graduação brasileiras passa ao largo das diretrizes, objetivos e estratégias do PNPG, bem como na maior parte das sugestões de inovação na pós-graduação e das declarações de prioridades dos estados em que foram realizadas as oficinas. As únicas e honrosas exceções em que se fala de questões linguísticas podem ser encontradas logo após a apresentação do histórico e do quadro atual da pós-graduação no país, momento em que entra em discussão o conjunto de diretrizes, objetivos e estratégias da minuta. Assim, no “Eixo 1, Do acesso à conclusão na pós-graduação”, Diretriz “SNPG orientado para a ampliação da formação de recursos humanos de alto nível, de forma equitativa e com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade”, objetivo 1.2 – “Ampliar a representação e participação social, étnico-racial, linguística, de gênero e das pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu”. Após isso, a questão linguística aparece na oficina realizada no Rio Grande do Sul, em 21/9/2023, no item Declarações de prioridades que apresenta o seguinte tópico: “Eletrônica e bioengenharia: ecossistema do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL),

transversalidade, inteligência artificial, robótica, Indústria 4.0.”. Por fim, a questão linguística também aparece nas sugestões de inovação na pós-graduação oriundas da oficina realizada no Amapá, em 21/9/2023, no seguinte tópico: “14. Incentivo a formação de profissionais na área de linguística dos povos originários”.

Pensamos ser essa uma das limitações e fragilidades constantes da minuta do novo PNPG, pois, embora seja possível encontrar interessantes indicadores no item “Panorama do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)” e, principalmente, no item “Principais desafios a serem enfrentados com o novo PNPG”, é muito preocupante que as questões linguísticas e as políticas linguísticas não tenham sido contempladas no rol das diretrizes, dos objetivos e das estratégias que nortearão as metas e indicadores do novo Plano. Além disso, o fato complicador se intensifica quando não há espaço para a inserção de novas diretrizes ou mesmo a alteração das que constam na referida minuta, o que confere que a consulta pública ao Plano se configura como mera formalidade e aparenta estar muito mais conectado aos interesses da iniciativa privada e não em traços de debate que levaria à produção de um documento conjunto e com um forte diálogo com a comunidade acadêmica e as associações científicas das diversas áreas que compõem a pós-graduação no Brasil.

Ainda que de modo geral e premidos pelo pouco tempo para realizarmos uma leitura mais pormenorizada e detalhada do documento, entendemos que, sem alterar o foco dos eixos, especificamente no que diz respeito às diretrizes, aos objetivos e às estratégias do documento em discussão, dificilmente teremos êxito a superação dos principais desafios apontados. Consideramos difícil falar em desenvolvimento da educação e da ciência, em superação das inúmeras assimetrias inerentes à pós-graduação, em atendimento das demandas e anseios atuais da sociedade brasileira, “contribuindo para um País mais democrático, equitativo e inclusivo”, como afirma a presidência da Capes, no texto de apresentação da minuta do PNPG, sem assegurar uma maior participação da comunidade acadêmica diretamente envolvida com a pesquisa e na pós-graduação no Brasil e suas respectivas entidades representativas ou associações científicas.

Por fim, também consideramos preocupante o forte apelo ao empreendedorismo e o impulso ao setor privado presente na minuta apresentada, especialmente no

que se refere ao financiamento da pesquisa e da pós-graduação em um país que, como o próprio documento aponta, conta com índices muito baixos de acesso à pós-graduação. Índices esses que se agravam quando se trata de pessoas de baixa renda, pessoas pretas, indígenas, transsexuais, quilombolas, refugiadas, surdas, entre outros grupos humanos mais vulneráveis. Consideramos paradoxal que nesse contexto de reconstrução da nação e da universidade pública, após todo o desmonte operado pelo desgoverno anterior, o novo PNPG sinalize ampliar os espaços de intervenção dos setores privados na pesquisa e pós-graduação brasileiras.

Seguimos abertos ao diálogo e ainda na esperança de que o prazo para a consulta pública seja ampliado e, especialmente, que tenhamos abertura debater e propor ajustes nas diretrizes, objetivos e estratégias do PNPG. Saudações democráticas.

25 de janeiro de 2024.

Gerson Rodrigues de Albuquerque – Presidente da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL.

Cleber Alves de Ataíde – Presidente da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN

Doris Cristina Vicente da Silva Matos – Presidenta da Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB

Cássia Maria Bezerra do Nascimento – Presidenta as Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC